

1 INTRODUÇÃO

A inflação é entendida por muitas pessoas como um aumento geral de preços. A economia de muitos países, de todas as partes do mundo, convive ou já conviveu com períodos de inflação acima do desejado. Em períodos de inflação acima do nível projetado para um período, ela pode gerar efeitos colaterais economicamente negativos para os países que enfrentam essa situação.

Em economia, entende-se por inflação a expansão monetária da economia de um país, ou seja, o aumento da quantidade de dinheiro em circulação no sistema financeiro, e que, conseqüentemente, ocasiona um aumento generalizado de preços. As decisões das autoridades monetárias dos países influenciam as taxas de inflação; todavia, não é só isso que a modifica, pois há diversos outros fatores que transformam o comportamento da inflação dos países.

Serão analisados nesse artigo os principais motivos de aumentos inesperados de inflação, bem como o funcionamento do sistema financeiro, para que se entenda como a economia de um país enfrenta as conseqüências de taxas indesejadas de inflação e o que as ocasiona.

Há diversas abordagens e teorias econômicas sobre inflação, e nesse artigo procurar-se-á compreender a inflação, bem como suas causas e seus efeitos, além da sua relação com desemprego e crescimento ou desaceleração da economia. A principal conseqüência a ser analisada é em relação à renda da população, e será dado um maior enfoque neste aspecto: os efeitos da inflação na renda da população.

Além disso, será demonstrado um exemplo de um período de crise inflacionária em um país que já passou por um período de hiperinflação: o Brasil.

2 CONCEITOS DE INFLAÇÃO E TAXA DE INFLAÇÃO

Dornbusch e Fischer (2006) resumem que a taxa de inflação é a taxa percentual do aumento de preços durante um dado período. Segundo Blanchard (2009), a inflação é uma elevação sustentada do nível geral de preços da economia – conhecido como nível de preços. A taxa de inflação é a taxa à qual o nível de preços aumenta. (De forma simétrica, deflação é uma queda sustentada do nível de preços, que corresponde a uma taxa de inflação negativa.)

A preocupação dos economistas com a inflação acontece porque a inflação pura (quando os preços médios e os salários aumentam em igual proporção) dificilmente acontece. Em períodos de inflação, nem todos os preços e salários sobem proporcionalmente. Geralmente grupos com menos poder aquisitivo, como aposentados e trabalhadores com baixos salários, perdem o poder de compra com o seu dinheiro que não acompanha a taxa de inflação. Além disso, a inflação gera incerteza, dificultando a tomada de decisões de diversas firmas.

Shostak (2011) explica que inflação, como esse termo sempre foi utilizado em praticamente todos os lugares do mundo, significa aumentar a quantidade de dinheiro (cédulas e moedas metálicas) em circulação, bem como a quantidade de depósitos bancários que podem ser utilizados por meio de cheques. Porém, o termo inflação é muito utilizado pelas pessoas para se referirem ao fenômeno que na verdade é uma conseqüência inevitável da inflação, ou seja, a elevação dos preços e salários. A taxa de inflação é entendida como a representação percentual do aumento de preços.

3 CAUSAS DA INFLAÇÃO

A inflação é muito ruim para a economia de um país. Quem geralmente perde mais são os trabalhadores mais pobres que não conseguem investir o dinheiro em aplicações que lhe garantam a correção inflacionária e minimizariam os efeitos sobre a sua renda. Dentre as causas da inflação, podem-se citar: a emissão exagerada e descontrolada de dinheiro por parte do governo; demanda por produtos (aumento no consumo) maior do que a capacidade de produção do país; aumento nos custos de produção (máquinas, matéria-prima, mão-de-obra) dos produtos.

Dentre as causas macroeconômicas da inflação, Mattos (2011) aponta:

- excesso de emissão de moeda;
- escassez de capital;
- déficit governamental;
- expectativa inflacionária;
- aumentos salariais;
- sistema capitalista;
- estatização;
- falta de produtos básicos;
- especulação dos atacadistas;
- comércio exterior;
- poder dos monopólios e oligopólios;
- taxas de juros;
- correção monetária;
- e muitas outras.

A dificuldade de se identificar uma única causa é que a economia se comporta como um organismo vivo, onde tudo se inter-relaciona. Muitos, no entanto, atribuem ao déficit público uma das principais causas da inflação. Para compensar esse déficit, o governo alimenta a inflação através de:

- aumento dos impostos;
- aumento dos preços dos produtos das estatais;
- rolagem da dívida interna, o que aumenta os juros;
- atraso nos pagamentos aos fornecedores;
- emissão primária de moeda;
- levantamento de empréstimos junto à rede bancária.

Shostak (2011) aponta que os culpados preferidos dos surtos inflacionários são sempre a alta do petróleo causada por tensões no Oriente Médio, eventos climáticos como escassez ou excesso de chuvas, as pressões sindicais por maiores salários ou até mesmo a subida das tarifas aéreas, da energia elétrica e dos fretes.

Shostak (2011) argumenta também que um mau entendimento em relação a inflação pode causar distorções na hora de definir suas causas. Quando a inflação passa a ser vista como um aumento generalizado nos preços, então qualquer coisa que contribua para um aumento nos preços é chamada de inflacionária. As fontes da inflação deixam de ser o banco central e o sistema bancário de reservas fracionárias; as fontes da inflação passam a ser qualquer outro fenômeno não relacionado a essas instituições. O autor defende que, o banco central não pode ser visto como uma instituição que nada tem a ver com a inflação, mas sim, ao contrário, o banco central passa a ser visto como um guerreiro contra a inflação.

Assim, complementa Shostak (2011), uma queda no desemprego ou um aumento na atividade econômica passam a ser vistos como um potencial detonador inflacionário,

devendo ser restringidos pelas políticas do banco central. Alguns outros detonadores, como aumentos nos preços das commodities ou nos salários dos trabalhadores (que nem sempre refletem em um aumento real de sua renda), também passam a ser considerados como ameaças em potencial, devendo portanto estar sempre sob o zeloso e atento escrutínio do banco central.

O efeito do aumento de dinheiro em circulação na economia, para Shostak (2011), é o seguinte: aumentos na quantidade de dinheiro na economia possibilitam que as primeiras pessoas que recebem esse dinheiro recém-criado tenham seu poder de compra elevado. Sem que tenham produzido absolutamente nada, elas agora podem adquirir mais bens, gerando uma concorrência desleal com os reais produtores de riqueza da economia, aquelas pessoas que realmente precisam produzir algo para poderem adquirir outro bem em troca. Essa distorção altera a alocação de recursos na economia, privilegiando os reais beneficiários da inflação da oferta monetária (os primeiros a receberem o dinheiro recém-criado) em detrimento dos reais geradores de riqueza. É isso, e não o aumento dos preços, que gera a má alocação de recursos na economia.

Muitas podem ser as causas de inflação. Cabe ao país que enfrenta uma inflação descontrolada conseguir detectar quais são as principais, e agir preventiva e proativamente contra um aumento não desejado, pois as consequências podem afetar negativamente a economia de um país, como será tratado no próximo capítulo.

4 CONSEQUÊNCIAS DA INFLAÇÃO

Uma inflação descontrolada pode ocasionar diversos distúrbios na economia de um determinado país. Pode-se citar: perda do poder de compra do dinheiro; aumento do desemprego; instabilidade da moeda; preços de produtos em colapso; entre diversas outras disfunções.

De acordo com Dornbusch e Fischer (2006), a inflação é impopular, visto que os produtos que as pessoas estão comprando estão aumentando. A impopularidade da inflação se mantém mesmo se as rendas das pessoas aumentarem proporcionalmente aos preços. Ela está relacionada a diferentes distúrbios econômicos, como o choque dos preços de petróleo da década de 60.

A inflação é responsável por diversas distorções na economia. As principais distorções acontecem:

- na distribuição de renda: os assalariados não têm a mesma capacidade de repassar os aumentos de seus custos, como fazem empresários e governos, ficando seus orçamentos cada vez mais reduzidos até a chegada do reajuste (quando o salário se reajusta, os trabalhadores muitas vezes não ganham aumento real, pois como os preços sobem de uma maneira geral, a nova remuneração não representa mais poder de compra para os trabalhadores);
- na balança de pagamentos: inflação interna maior que a externa causa encarecimento do produto nacional com relação ao importado o que provoca aumento nas importações e redução nas exportações;
- na formação de expectativas: diante da imprevisibilidade da economia, o empresário tende a reduzir seus investimentos;
- no mercado de capitais: causa descontrole na compra e venda de ações, e causa migração de aplicações monetárias para aplicações em bens de raiz (terra, imóveis);
- e na ilusão monetária: interpretação errada da relação de ajuste do salário nominal com o salário real, que gera percepção de maior renda e conseqüentemente decisões equivocadas; as pessoas, julgando-se mais ricas, demandam mais bens e serviços e, com oferta a pleno emprego, ocasiona inflação.

Outros efeitos na economia se dão em relação à política econômica e monetária, com um papel muito importante do governo no controle através da determinação da taxa de juros básica da inflação, como será mais bem estudado no capítulo 5.

Muitas vezes a inflação é uma decisão política, e altas taxas podem contribuir para que ocorram trocas de governantes, principalmente em decorrência da retração econômica e do desemprego. No tópico 4.1 será realizada uma análise da relação da inflação com salários e com o desemprego.

4.1 INFLAÇÃO, SALÁRIOS E DESEMPREGO

Em macroeconomia, há diversas equações que relacionam a inflação, o desemprego, o nível de preços, a inflação esperada, os salários (ou renda), entre outras variáveis. Não cabe aqui apresentar essas equações, mas sim as consequências das relações entre os elementos citados.

Relacionando desemprego e salários, obtêm-se a relação de que quanto maior a taxa de desemprego, menor é o salário. Em relação à taxa de inflação e à taxa de inflação esperada, obtêm-se a relação de que um aumento da inflação esperada leva a um aumento da inflação efetiva.

De acordo com Blanchard (2009), um aumento no nível esperado de preços leva a um aumento de igual magnitude do nível de preços efetivo. Se os fixadores de salários esperam um nível de preço mais alto, fixam um salário nominal mais alto, o que leva a um aumento no nível de preços. Uma maior taxa de aumento de nível de preços em um determinado período implica uma inflação mais alta. Um aumento no nível de preços esperado gera uma inflação esperada mais alta. Então um aumento da inflação esperada leva a um aumento da inflação.

Dornbusch e Fischer (2006) explicam que as pressões de mercado sobre os salários se relacionam em diferentes contextos. Quando a taxa de desemprego é baixa, as firmas têm dificuldade de obter o trabalho que demandam, e o desemprego é baixo. Quando a taxa de desemprego é alta, os empregos tornam-se difíceis de serem encontrados e as firmas podem preencher suas vagas sem que seja necessário aumentar os salários. Pode até acontecer de os salários caírem, uma vez que os trabalhadores estejam em competição pelos empregos escassos.

Blanchard (2009) ainda cita o espiral de preços e salários, uma expressão que representa bem o mecanismo básico em ação:

- o desemprego baixo leva a um salário nominal mais alto;
- em resposta ao nível de preços mais alto, os trabalhadores pedem um salário nominal mais alto na próxima vez em que os salários são fixados;
- o salário nominal mais alto leva as empresas a um aumento adicional de seus preços que, conseqüentemente, faz com que o nível de preços suba ainda mais;
- em resposta a este aumento adicional do nível de preços, os trabalhadores pedem um aumento adicional do salário nominal quando fixam o salário novamente;
- e assim a corrida entre preços e salários resulta em uma inflação contínua de salários e preços.

Segundo Dornbusch e Fischer (2006), os trabalhadores estão interessados nos salários reais (o volume de bens que eles podem comprar com os seus salários), ou sua renda real, e não com os salários nominais (valor monetário dos salários). Os trabalhadores vão querer que o salário nominal reflita totalmente a inflação que eles esperam durante o

período entre a época em que o salário é fixado e a época em que realmente ele é pago. Ou seja, os trabalhadores vão querer a compensação pela inflação esperada.

Como exemplo, Blanchard (2009) cita a política macroeconômica dos Estados Unidos na década de 1960, a qual objetivava manter o desemprego em um intervalo aparentemente consistente com uma inflação moderada. E ao longo dessa década, a relação negativa entre desemprego e inflação proporcionou um guia confiável para os movimentos conjuntos do desemprego e da inflação. Porém, quando houve persistência de inflação, os trabalhadores e as empresas começaram a rever o modo como formam suas expectativas.

Quando a inflação é consistentemente positiva ano após ano, cria-se uma expectativa de que o nível de preços do ano em vigor seja igual ao do ano anterior, o que é sistematicamente incorreto. As pessoas não gostam de repetir erros, então complementa Blanchard (2009), as pessoas, ao formarem suas expectativas, começaram a levar em conta a presença e a persistência da inflação. Essa mudança na formação de expectativas modificou a natureza da relação entre desemprego e inflação: a taxa de desemprego afeta não a taxa de inflação, mas sim a variação da taxa de inflação. O desemprego elevado leva a uma inflação decrescente; o desemprego baixo leva a uma inflação crescente.

A Figura 1 demonstra a variação da inflação versus desemprego nos Estados Unidos desde 1970, quando há uma relação negativa entre a taxa de desemprego e a variação da taxa de inflação.

Figura 1: Inflação versus desemprego nos EUA na década de 1970.

Fonte: Blanchard (2009), pág 155.

Blanchard (2009) ainda conclui que, a variação da taxa de inflação depende da diferença entre a taxa de desemprego efetiva e a taxa natural de desemprego. Se a taxa de desemprego efetiva for maior do que a taxa natural de desemprego, a taxa de inflação diminui; se a taxa de desemprego efetiva é menor do que a taxa natural de desemprego, a taxa de inflação aumenta.

4.2 RENDA, CONSUMO E POUPANÇA

De acordo com Dornbusch e Fischer (2006), a demanda por consumo aumenta com o nível de renda. O nível de consumo é proporcional à renda: para cada aumento de renda, o consumo aumenta em proporção menor.

A Figura 2 demonstra a relação consumo-renda nos Estados Unidos em 1982.

Figura 2: A Relação Consumo-Renda.

Fonte: Dornbusch e Fischer (2006), p.85.

Dornbusch e Fischer (2006) complementam que existe uma estreita relação entre os gastos de consumo e a renda disponível. Os gastos com consumo aumentam em média 92 (noventa e dois) centavos para cada unidade monetária de renda disponível. A linha inclinada é a linha de regressão que resume a relação mostrada pelos pontos para anos individuais.

E em relação ao que não é gasto em consumo, Dornbusch e Fischer (2006) afirmam que se a renda não for gasta, deve ser poupada. A renda ou é gasta ou é poupada; não existem outros usos para os quais a renda pode ser utilizada. Como a renda que não é consumida é poupada, a função poupança pode ser derivada da função consumo.

Infere-se que com uma inflação alta e descontrolada, a renda da população em geral diminui, pois os salários podem demorar a sofrer reajustes. Dessa maneira, o consumo das pessoas também diminui.

5 INFLAÇÃO E POLÍTICA ECONÔMICA E MONETÁRIA

De acordo com Blanchard (2009), os efeitos das políticas macroeconômicas são sempre incertos. Essa incerteza deveria levar os formuladores de política econômica a serem mais cautelosos, a utilizarem políticas econômicas menos ativas.

As políticas econômicas devem ter como objetivo amplo evitar recessões prolongadas, desacelerar as explosões de crescimento e evitar a pressão inflacionária.

Quanto maior o nível de desemprego ou de inflação, mais ativas devem ser as políticas econômicas. Mas elas devem evitar chegar à sintonia fina e à tentativa de manter um desemprego constante ou um crescimento do produto constante. Um Banco Central pode aliviar os temores de que o crescimento da moeda será alto e, no processo, diminuir tanto a inflação esperada quanto a inflação atual (objetivando não diminuir o desemprego abaixo do nível de desemprego natural).

Para Dornbusch e Fischer (2006), há diversas combinações de taxas de juros e níveis de renda que permitem o equilíbrio do mercado de bens. Aumentos na taxa de juros reduzem a demanda agregada pela diminuição dos gastos com investimento. Portanto, com altas taxas de juros, o nível de renda no qual o mercado de bens está equilibrado é mais baixo. As políticas do governo devem procurar controlar a inflação, pois o efeito na renda e no consumo da população é evidente.

Em relação à política monetária, Blanchard (2009) afirma que os bancos centrais se concentram, atualmente, em uma meta de taxa de inflação ao invés de uma meta de taxa de crescimento da moeda nominal. E pensam sobre a política monetária em termos da determinação da taxa nominal de juros e não em termos da determinação da taxa de crescimento da moeda nominal.

Dornbusch e Fischer (2006) descrevem que, quando a política fiscal torna-se expansionista, o Bacen tem de decidir se monetiza o déficit, emitindo moeda com o objetivo de evitar um aumento nas taxas de juros e o efeito deslocamento; para manter a taxa de crescimento da moeda constante; ou até mesmo para tornar a política monetária restritiva. Se o governo monetiza o déficit, ele corre o risco de aumentar a taxa de inflação.

As decisões de expansão ou retração monetária, com consequência no aumento ou na diminuição das taxas de juros, influenciam a inflação. Por exemplo, uma decisão do Fed (Banco Central norte-americano) de permitir um maior crescimento da moeda é um fator que influencia em uma queda de taxas de juros; todavia, esse mesmo crescimento monetário também pode ser um motivo de alta de inflação e elevação de taxas de juros. Um maior crescimento de moeda pode causar tanto um crescimento quanto um declínio das taxas de juros, que influenciam na inflação.

Demonstrar-se-á nos próximos tópicos um resumo da política monetária do Brasil, bem como a função do Copom e os principais índices de inflação utilizados no Brasil para verificar o comportamento da inflação na economia brasileira e como o governo pode influenciar na economia.

5.1 POLÍTICA MONETÁRIA DO BRASIL

O responsável pela execução da política monetária no Brasil é o BACEN (Banco Central do Brasil) que tem a sua disposição diversos mecanismos de controle, conforme será listado no quadro a seguir.

	Política Monetária Restritiva	Efeito na Taxa de Juros
Open Market	BACEN vende títulos públicos - retira dinheiro do mercado - portanto diminui a liquidez da economia.	
Redesconto	Elevar a taxa de juros do empréstimo de assistência financeira (chamada taxa de redesconto) - causa redução na liquidez do sistema.	
Compulsório	O Governo eleva o percentual exigido de reserva compulsória - diminui o montante de recursos disponíveis aos bancos para livre aplicação e empréstimos, portanto, diminui a liquidez da economia.	
	Política Monetária Expansiva	Efeito na Taxa de Juros
Open Market	BACEN compra títulos públicos - coloca dinheiro na economia - portanto, aumenta a quantidade de dinheiro, de liquidez da economia.	
Redesconto	Reduzir a taxa de juros do empréstimo - efeito positivo na liquidez do sistema.	
Compulsório	O Governo reduz o percentual exigido de reserva compulsória - aumenta a quantidade de dinheiro disponível para os bancos emprestarem, portanto aumenta a liquidez	

Quadro 1: Política Monetária X Efeito na Taxa de Juros.

Fonte: ASSOSSIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO (2008), p.23.

O BACEN toma suas decisões de acordo com a necessidade econômica do período que está sendo analisado: se a necessidade for aumentar a taxa de juros, tomará decisões relacionadas à política monetária restritiva; se a necessidade for de diminuir a taxa de juros para estimular o crédito as decisões tomadas terão relação com a política monetária expansiva.

Para Carvalho (2007), o objetivo original da política monetária é salvaguardar o valor da moeda nacional, por meio do controle da oferta da moeda e das taxas de juros, de modo a garantir a liquidez ideal de cada momento econômico e a estabilidade do nível geral de preços. Com uma estabilidade no nível de preços, a inflação tende a afetar menos a renda das pessoas, pois de um modo geral o salário ainda conseguirá manter seu poder de compra

5.1.1 Comitê de Política Monetária

O Comitê de Política Monetária (Copom) foi instituído em 20 de junho de 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do Comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório.

Destaca-se a adoção, pelo Decreto nº 3.088, em 21 de junho de 1999, da sistemática de "metas para a inflação" como diretriz de política monetária. Desde então, as decisões do Copom passaram a ter como objetivo cumprir as metas para a inflação definidas pelo Conselho. Segundo o mesmo Decreto, se as metas não forem atingidas, cabe ao Presidente do Banco Central divulgar, em Carta Aberta ao Ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, bem como as providências e o prazo para o retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos.

Formalmente, os objetivos do Copom são: implementar a política monetária; definir a meta da Taxa Selic e seu eventual viés; e analisar o Relatório de Inflação. A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a Taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia), a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê. Se for o caso, o Copom também pode definir o viés, que é a prerrogativa dada ao Presidente do Banco Central para alterar, na direção do viés, a meta para a Taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias.

5.1.1.1. Taxa Selic Meta

É definida pelo Banco Central por meio de equações algébricas, que levam em consideração a comparação entre a inflação esperada e a meta de inflação, entre o produto potencial e o real, além de outras variáveis, como o câmbio.

Esta taxa que é decidida nas reuniões do COPOM a fim de direcionar o seu viés (de alta ou de baixa). O objetivo é se aproximar do valor da taxa para manter a inflação no nível desejado estimado nas reuniões.

5.2 ÍNDICES DE INFLAÇÃO

Tem por finalidade mostrar o comportamento das variações de preços de um grupo de bens e serviços. No Brasil, a inflação é medida por meio de diversos índices, divulgados por várias instituições, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Serão conceituados o IGP-M (Índice geral de preços – Mercado) que representa os Índices Gerais de Preços (IGP), e o IPCA (Índice de preços ao consumidor, que é o representante dos Índices de Preços ao Consumidor (IPC), além do IGP-DI.

5.2.1. IGP-M

O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) tem por objetivo medir a inflação de uma forma ampla na economia, ou seja, considera não somente a variação dos preços finais ao consumidor.

Este índice é calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) Ele mede a variação dos preços do varejo, por exemplo, gasolina, alimentos e remédios como também os preços do atacado, como por exemplo, preços entre produtores e atacadistas, importadores e exportadores e da construção civil.

A metodologia utilizada para o cálculo do IGP-M é o seguinte:

- a) 60% de sua composição é o IPA (Índice de Preços no Atacado);

- b) 30% de sua composição é o IPC (Índice de Preços ao Consumidor);
- c) 10% de sua composição é o INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

5.2.2. IPCA

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) tem por finalidade medir somente a variação de preços ao consumidor, ou seja, os preços de bens diretamente consumidos, também conhecidos como preços no varejo.

Esse índice é calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tende a refletir fielmente os preços nos pontos-de-venda de bens ao consumidor final, a metodologia empregada corresponde a 100% deste índice, diferentemente do IGP-M que tem a sua composição variada.

5.2.3. IGP-DI

O Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, O IGP-DI/FGV foi instituído em 1.944 com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. É uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices:

- a) IPA que é o Índice de Preços no Atacado e mede a variação de preços no mercado atacadista. O IPA ponderada em 60% o IGP-DI/FGV;
- b) IPC que é o Índice de Preços ao Consumidor e mede a variação de preços entre as famílias que percebem renda de 1 a 33 salários mínimos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O IPC pondera em 30% o IGP-DI/FGV;
- c) INCC que é o Índice Nacional da Construção Civil e mede a variação de preços no setor da construção civil, considerando no caso tanto materiais como também a mão de obra empregada no setor. O INCC pondera em 10% o IGP-DI/FGV.

DI ou Disponibilidade Interna é a consideração das variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro. Não se considera as variações de preços dos produtos exportados que é considerado somente no caso da variação no aspecto de Oferta Global.

O chamado IGP-10 mede a variação entre os dias 11 de um mês ao dia 10 (inclusive) do mês subsequente. Mas não é válido como índice mensal por englobar cálculos de dois meses. É mais utilizado para estudos econômicos e outras atividades.

O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência.

6 INFLAÇÃO ÓTIMA E HIPERINFLAÇÃO

Os bancos centrais precisam determinar taxas de inflação controláveis para que os objetivos econômicos sejam atingidos; e realizam isso através das políticas econômicas, monetárias e fiscais. Os objetivos variam: estabilidade de preços, crescimento da economia, entre outros.

De um modo geral, deve-se evitar taxas de inflação muito próximas a zero (estabilidade completa de preços), pois pode haver deflação (queda constante de preços) levando a economia a colapsos, como falta de produção e baixa oferta de produtos devido a falências, chegando a recessão. O Banco Central de um país deve manter controle sobre a taxa de inflação esperada.

Serão conceituadas a inflação ótima e a hiperinflação, para que possa se compreender como se tomam decisões de controle de inflação sem que ocorra o descontrole da economia.

6.1 INFLAÇÃO ÓTIMA

Uma das questões com que se defrontam os bancos centrais, de acordo com Blanchard (2009), é se eles deveriam tentar atingir a estabilidade de preços, ou seja, a inflação zero. Os principais argumentos da inflação zero são os seguintes:

- A inflação, junto com um sistema tributário indexado de forma imperfeita, leva a distorções tributárias.
- Por causa da ilusão monetária, a inflação leva as pessoas e as empresas a tomar decisões incorretas.
- Uma inflação maior normalmente vem com uma maior variabilidade da inflação, criando mais incerteza e dificultando tomadas de decisões.
- Como meta, a estabilidade de preços tem uma simplicidade e uma credibilidade que uma meta de inflação positiva não tem.

Mas conforme Blanchard (2009), a maioria dos bancos centrais entende que a taxa ótima de inflação está entre 2% e 3%, ou seja, uma inflação baixa, mas positiva. Quem defende a taxa de até 3% diz que os custos de uma inflação de 3% contra uma de zero são pequenos, e que os benefícios valem a pena. Argumenta-se que parte dos custos da inflação de 3% pode ser evitada pela indexação do sistema tributário e pela emissão de mais títulos indexados; além disso, a diminuição da inflação para 0% necessitaria de certo aumento do desemprego, e que os custos dessa transição podem ser maiores do que os benefícios.

A inflação baixa, mas positiva (em torno de 3%), traz, dentre outros benefícios:

- As receitas positivas do crescimento da moeda nominal possibilitam reduções de impostos em qualquer lugar do orçamento.
- A inflação positiva atual e esperada permite ao Banco Central atingir taxas reais de juros negativas, uma opção que pode ser útil para combater uma recessão.
- A inflação positiva permite às empresas obter cortes de salário real quando necessário sem necessitar de cortes de salário nominal.

Dornbusch e Fischer (2006) apontam que uma expansão monetária permanente normalmente expande a produção a curto prazo. A longo prazo o crescimento monetário maior se traduz completamente em inflação. As taxas de juros reais e a produção retornam ao nível de pleno emprego. Somente sob expectativas racionais e com flexibilidade total de salários e preços uma expansão monetária se traduz instantaneamente em uma taxa maior de inflação com nenhum impacto sobre a produção. Daí infere-se o quanto é complexo controlar as taxas de inflação de uma economia para se chegar a um nível ótimo.

Em relação às taxas de juros, Dornbusch e Fischer (2006) afirmam que as taxas de juros nominais tendem a refletir a taxa de inflação. E as tendências de crescimento monetário e inflação coincidem.

6.2 HIPERINFLAÇÃO

Segundo Dornbusch e Fischer (2006), as hiperinflações geralmente ocorrem em períodos de guerra. Grandes déficits são comuns nos períodos em que ocorrem hiperinflações. Os governos podem usar o imposto inflacionário para financiar déficits por uma extensão limitada, mas, se um déficit precisar ser financiado por muito tempo, a inflação explode.

De acordo com Blanchard (2009), hiperinflações são períodos de inflação alta. As hiperinflações mais extremas ocorreram na Europa após a primeira e a segunda guerra mundiais. Já na América Latina, períodos de hiperinflações ocorreram recentemente, nos final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Segundo Blanchard (2009), a inflação alta vem do alto crescimento da moeda nominal. O alto crescimento da moeda nominal vem da combinação de grandes déficits orçamentários com a incapacidade de financiamento desses grandes déficits orçamentários por meio de empréstimos (tanto públicos como estrangeiros). As Hiperinflações são normalmente descritas por inflação crescente. Há dois motivos para isso. O primeiro está no fato de um crescimento da moeda nominal maior levar a uma inflação maior. O outro motivo é que a inflação maior frequentemente aumenta o déficit.

Para Blanchard (2009), as hiperinflações acabam por meio de programas de estabilização. Para que sejam bem-sucedidos, esses programas devem incluir medidas fiscais destinadas a reduzir o déficit e medidas monetárias destinadas a reduzir ou eliminar a criação de moeda como forma de financiamento do déficit. Eles também incluem diretrizes ou controles de salários e preços. Um programa de estabilização que imponha controle de salários e preços sem mudanças na política fiscal e na política monetária acaba fracassando.

7 ESTUDO DE CASO: A INFLAÇÃO NO BRASIL

Procurar-se-á demonstrar um histórico do período de hiperinflação vivido no Brasil até sua estabilização. Procurar-se-á demonstrar como as decisões econômicas de diversos governos afetaram os índices de inflação e como a renda da população ficou afetada. Também será demonstrada uma notícia que reflete a situação atual da inflação na economia brasileira.

7.1 HISTÓRIA DA INFLAÇÃO NO BRASIL

O Brasil passou por um longo período de hiperinflação. O Brasil teve sua estabilização somente com o plano real, lançado em 1994. Serão resumidos os principais fatos em ordem cronológica, segundo consulta em Neto (2011).

De acordo com Neto (2011), pode-se dizer que o monstro da inflação nasceu na data de 31 de janeiro de 1956, quando Juscelino Kubitschek de Oliveira assumiu a Presidência da República Federativa do Brasil e institucionalizou a política de industrialização0 época em que os índices inflacionários começaram a aumentar descontroladamente e atingiram percentuais altíssimos, na década de 1980.

No início do Regime Militar (período de ditadura), o Brasil vivia em um clima de paralisação econômica e aceleração inflacionária, sem controle da velocidade gerada por este male da economia que a cada mês foi se tornando em um índice inflacionário de grandeza incontrolável.

Durante o Regime Militar, na área econômica o país crescia rapidamente. Este período compreendido entre 1969 a 1973 ficou conhecido com a época do 'milagre econômico'. O PIB do Brasil crescia a uma taxa de quase 12% ao ano, enquanto a inflação se aproximava de 18% ao ano. Com os investimentos internos e empréstimos do exterior, o país avançou e estruturou uma base de infra-estrutura. Todos estes investimentos e empréstimos geraram ao país milhões de empregos, porém algumas obras, consideradas faraônicas, foram executadas, dentre elas, a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio - Niterói.

Por sua vez, todo esse crescimento causou um custo de alta magnitude (crescimento exponencial) e a conta deveria ser paga no futuro. Os empréstimos estrangeiros geraram ao Brasil uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do nosso país.

Os governos militares decidiram implantar o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG, para reduzir a inflação de 91,8% ao ano, equivalente a 7,65% ao mês no ano de 1964. Para 22,2% ao ano, equivalente a 1,85% ao mês no ano de 1968, mas não conseguiram alcançar as metas de crescimento programadas.

Os índices inflacionários começaram a se estabilizar, sobretudo, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, já mencionado, 'milagre econômico'. No período compreendido pelos anos de 1969 a 1973, a economia brasileira registrou taxas de crescimento que variaram entre 7% a 13% ao ano.

A herança econômica mais valiosa do Regime Militar, sem dúvida, foi à lembrança permanente de que à conjunção de crescimento acelerado com inflação, sob controle, aqui identificada, como inflação deslizante para uma inflação trotante, a qual recebeu o nome de 'milagre'.

Este suposto milagre foi efêmero. O crescimento econômico brasileiro começou a declinar a partir do ano de 1973. No final da década de 1970, a inflação chegou à assustadora e elevadíssima taxa de 94,8% ao ano, equivalente à taxa de 7,9% ao mês.

As indústrias nacionais não conseguiram planejar os seus investimentos, e, os capitais (dinheiros) tanto dos empresários quanto das pessoas consumidoras, perderam poder aquisitivo, porque, tanto a inflação quanto a hiperinflação tem como causa inevitável a perda do poder aquisitivo da moeda do país. Às autoridades econômicas, somente restaram pedir tempo, uma vez que os mecanismos utilizados para controlar ou combater a inflação, não tinham surtido os efeitos desejados.

Depois de uma breve trégua, conforme foi exaustivamente informado e noticiado pela revista VEJA, alertando à população de que o chamado 'monstro' da inflação retornava a atacar com força total. A inflação mensal chegou a uma taxa elevadíssima pela primeira vez, desde o ano de 1964. Naquele ano, o índice de inflação anual atingiu o percentual de 211,02%, ou seja, correspondeu à taxa superior a 17,585% ao mês.

Com esses altos índices, a economia sofria e as pessoas com salários baixos tinham vium em sua renda desajustada a perda constante do poder de compra.

A economia brasileira se lançou à inflação galopante. Na tentativa de combater e derrotar, este 'monstro', as autoridades econômicas e governamentais do Brasil lançavam medidas econômicas, sem analisarem às suas conseqüências para a sociedade brasileira.

Desde o Regime Militar até a data de 30 de junho de 1994, o Brasil teve 5 (cinco) espécies de moedas, porém por duas vezes, retornou a adotar à mesma moeda, 5 (cinco) congelamentos de preços, 9 (nove) planos de estabilização econômica, 11 (onze) índices para medir a inflação, 16 (dezesesseis) políticas salariais distintas, 21 (vinte e uma) propostas de pagamento da dívida externa e 54 (cinquenta e quatro) mudanças na política de preços.

José Ribamar Sarney de Araújo Costa assumiu a Presidência da República Federativa do Brasil na data de 15 de março de 1985. No ano de 1986 foi lançado o Plano Cruzado que fez a conversão da moeda, cortando-se três zeros da moeda corrente, cruzeiro, deu-lhe o

nome de cruzado. Também houve o congelamento de preços e salários, constituindo-se o chamado 'gatilho salarial', pois os rendimentos eram disparados cada vez que a inflação atingia o percentual de 20%. A conversão da moeda de cruzeiro para cruzado se deu na data de 27 para 28 de fevereiro de 1986, com a extinção da parte do centavo (Decreto-Lei 2283, de 27/2/1986). Exemplo: Cr\$1.000,00 passou a ser Cz\$1,00 ($\text{Cr}\$1.000,00 / 1000 = \text{Cz}\$1,00$).

A medida, como todas as outras medidas econômicas adotadas anteriormente, garantiu, momentaneamente, certo fôlego ao consumidor, povo brasileiro, tendo a inflação do ano de 1986, fechada no percentual anual de 65,04%.

No ano de 1987, a taxa de inflação divulgada quase atingiu percentual exponencial de 415,83% ao ano. Presidente da República e Ministros não pararam de institucionalizarem novos planos, mas que não controlavam ou combatiam a inflação. Editou o Plano Bresser de 1987, o Plano Verão de 1989, que cortou mais três zeros da moeda e transformando-a de cruzado para cruzado novo, mas as medidas econômicas não surtiram efeitos.

No ano de 1989, o reajuste da gasolina foi de 614% e a inflação acumulada ultrapassou o dobro do aumento do combustível, atingindo o percentual de 1.782,8% no ano. A economia estava desacelerando e as pessoas percebiam cada vez mais seu poder de compra diminuir, visto que as classes sociais operárias não tinham a possibilidade de abrirem contas e investirem seu dinheiro em bancos, que reajustavam as aplicações de seus clientes.

A década de 1980 pode ser considerada como a década perdida da economia brasileira, em face das medidas econômicas adotadas pelos governos, e, em contrapartida, os níveis de crescimento do PIB apresentaram significativas reduções, só para recordar o crescimento médio na década de 1970 foi de 7%, já na década de 1980 foi de somente 2%.

O Brasil teve um aumento do déficit público devido ao crescimento da dívida externa ocasionada pela elevação das taxas internacionais de juros, com a dívida interna seguindo a mesma direção com o governo dando continuidade a sua política fiscal expansionista.

A década de 1980 ainda pode ser caracterizada pela a escalada inflacionária que chegou ao final do ano de 1989, a hiperinflação, como é considerada pelos economistas e matemáticos.

A revista VEJA definiu o Plano Collor I institucionalizado no ano de 1990, pelo Presidente da República, Fernando Collor de Mello, como: "O mais ambicioso e drástico plano econômico para vencer a inflação".

As medidas econômicas adotadas alteraram, mais uma vez a moeda, convertendo e retornando-a, como, cruzeiro, mas sem determinar corte na conversão da moeda. Porém, a determinação mais drástica e golpista foi o confisco de valores superiores a Cr\$50,00 que se encontrava em cadernetas de poupança e contas correntes de todos os brasileiros por 18 meses.

Posteriormente, instituiu um novo plano, chamado de Plano Collor II, com medidas econômicas para combater e controlar a inflação, infrutíferas como as primeiras medidas adotadas.

Depois do processo de impeachment do Presidente, Fernando Collor de Mello, os índices de inflação, atingiram percentuais de alta magnitude. No ano de 1993, a Presidência do Brasil, já sob a gestão de Itamar Franco, a inflação atingiu 2.708% ao ano. No ano de 1994, instituíram outro plano econômico, conhecido por Plano Real. Segundo a revista VEJA que o classificou como um "mais elogiado que as pernas de Claudia Raia" (atriz da Rede Globo de Televisão). A estratégia econômica traçada pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mostrou-se eficaz.

Pode-se dizer que conseguiram a estabilidade econômica e o controle da inflação com a implantação do Plano Real. Este controle da inflação, mantendo-a moderada. Este fato foi

persuasivo para sua candidatura à Presidência da República, efetivada pela aliança partidária firmada pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e o Partido da Frente Liberal - PFL. Posteriormente, o PFL se fundiu no DEM - Partido Democrata.

Fernando Henrique Cardoso, popularmente chamado de Governo FHC foi eleito por dois pleitos consecutivos, Presidente do Brasil, permanecendo na Presidência no período de 1/1/1995 a 31/12/2002. Conseguiu sua eleição e reeleição em face da política econômica que instituiu no Governo de Itamar Franco e também pela aprovação de inúmeras reformas constitucionais (Emendas à Constituição de nº 5, de 16/8/1995 a de nº 39, de 20/12/2002). A figura 3 demonstra um histórico da evolução da inflação no Brasil.

Figura 3: História da Inflação Brasileira.

Fonte: http://www.amattos.eng.br/Public/Curso_MF/Teoria/CAD-4/cad4-4.htm

Percebeu-se que durante diversos períodos da história do Brasil, a inflação esteve descontrolada. A população sofria com isso, vendo sua renda com baixo poder aquisitivo, muitos corriam aos supermercados no dia que recebiam seu salário para comprar tudo que podiam e estocar, pois sabiam que o dinheiro perderia seu valor até receber seus próximos vencimentos. Quem mais sofre com inflação alta são as classes mais baixas, as grandes massas operárias e trabalhadores que recebem um ou dois salários mínimos.

7.2 A SOCIEDADE DEMANDA INFLAÇÃO BAIXA

A notícia do dia 1 de junho de 2011, retirada do portal da internet g1.globo.com demonstra como o Banco Central do Brasil enxerga a necessidade de inflação para a economia brasileira atual.

Ministro reitera compromisso do BC de manter inflação em patamar baixo. Para ele, Brasil pode ter 'um crescimento econômico ainda mais robusto'.

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, defendeu a importância de manter a inflação sob controle para garantir um crescimento sustentável e “ainda mais robusto” da economia brasileira.

“A nossa sociedade demanda inflação baixa. O Banco Central tem o compromisso de manter a inflação em patamar baixo. Essa combinação, sem dúvida, representa um dos principais pilares do sucesso da economia brasileira nos últimos anos e das excelentes perspectivas que hoje vislumbramos para o Brasil”, disse.

Tombini reiterou o compromisso da instituição e do Comitê de Política Monetária (Copom) de tomar “todas as medidas necessárias para garantir a convergência da inflação para o centro da meta”. O presidente do BC fez a declaração nesta quarta-feira (1º) em São Paulo, durante premiação promovida pela Agência Estado.

Para Tombini, os brasileiros estão confiantes que a inflação permanecerá em patamares aceitáveis nos próximos tempos. “É exatamente a confiança da sociedade de que a inflação permanecerá baixa no médio e longo prazo que permite que os agentes econômicos realizem projeções confiáveis com prazos cada vez maiores”, afirmou.

“Creio que é possível obtermos um crescimento econômico ainda mais robusto do que o observado nos últimos anos.” Entre os fatores que justificariam este crescimento “ainda mais robusto”, Tombini citou o potencial de crescimento da produção das commodities, a classe média em expansão e o bônus demográfico proporcionado pela parcela significativa da população em idade jovem.

Fonte: Alvarenga (2011).

8 CONCLUSÃO

As decisões de política monetária são muito importantes para a solvência da economia de um país. Por isso, os analistas responsáveis devem fazer escolhas com prudência, para que o rumo desejado seja atendido e a economia do país não fique fora de controle e a inflação esteja nos níveis planejados.

A inflação muitas vezes se transforma em problema político e social, principalmente quando o país passa por períodos de inflação alta. Na história, é fácil de encontrar situações nas quais houve trocas de governantes devido à economia de diversos países (como Estados Unidos e Brasil, por exemplo) estar em descontrole por causa de altas taxas de inflação.

Com o artigo em questão, foi demonstrado como se relacionam os conceitos de inflação e taxas de inflação. Foi também importante por demonstrar suas causas, consequências, e a relação com salários e desemprego. Com a demonstração do histórico da inflação no Brasil, os conhecimentos conceituais foram aplicados e foi possível identificar o quanto pode ser complicado de controlar a inflação, e o quanto ela influencia na renda, na vida das pessoas e na economia de um país.

Para que haja compreensão de como a inflação pode influenciar a economia de um país, é necessário que se analise como ela se encaixa nesse contexto. Por isso, antes de verificar a inflação na economia de um país, é preciso que se tenha o conhecimento correto do assunto para que não se faça a análise indevida e se interprete de forma equivocada suas causas e seus efeitos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. **Sociedade demanda inflação baixa**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/sociedade-demanda-inflacao-baixa-diz-tombini.html>. Acesso em: 06/06/2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO. **Apostila da certificação profissional da ANBID – 10**. São Paulo, 2008.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2009.

CARVALHO, F. C. et al. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. São Paulo: Campus, 2007.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson Makron Books. 2006.

MATTOS, Antônio Carlos M. **Causas Macroeconômicas da Inflação**. Disponível em: http://www.amattos.eng.br/Public/Livro_Inflacao/096.htm Acesso em: 04/06/2011.

NETO, Mário Ferreira. **A história da inflação e dos juros no brasil**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/64195/1/A-HISTORIA-DA-INFLACAO-E-DOS-JUROS-NO-BRASIL-/pagina1.html#ixzz1Oqx18A5Y>. 19/04/2011. Acesso em: 08/06/2011.

SHOSTAK, Frank. **A definição popular de inflação impede a adoção de políticas sensatas**. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=918>. Acesso em: 06/06/2011.

http://www.amattos.eng.br/Public/Curso_MF/Teoria/CAD-4/cad4-4.htm